

Tribunal de Contas do Mato Grosso

Plano de Contas e Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público: Procedimentos para migração da escrituração contábil

Antonio Firmino Neto – MSc.
Professor/Contador

ASPECTOS GERAIS DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO



Motivação de um plano de contas único nacional

Consolidação
das Contas
Públicas

LRF Art. 51: O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público

PADRONIZAÇÃO

Transparência

LRF Art. 48, III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).



Conceito e Objetivos de um Plano de Contas

➤ Conceito de um Plano de Contas

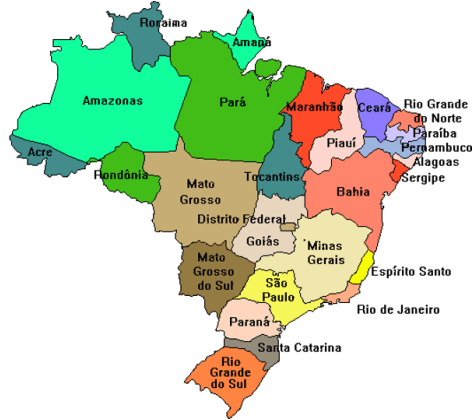
É a **estrutura básica** da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que **permite obter as informações** necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, **possibilitando a padronização** de procedimentos contábeis.

Códigos	Nome das contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos C/Movimento
1.1.2.01	Banco A
1.1.3	Contas a Receber
1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras Contas a Receber
1.1.3.09	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.4	Estoque
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos Acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1	Contas a Receber
1.2.1.01	Clientes
1.2.1.02	Outras Contas
1.3	PERMANENTE
1.3.1	INVESTIMENTOS
1.3.1.01	Participação em Cooperativas
1.3.2	IMOBILIZADO
1.3.2.01	Terrenos
1.3.2.02	Construções e Benfeitorias
1.2.3.03	Máquinas e Ferramentas
1.2.3.04	Veículos
1.2.3.05	Móveis
1.2.3.10	(-) Depreciação Acumulada
1.2.3.11	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.1	Impostos e Contribuições a Recolher
2.1.1.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	Contas a Pagar

➤ Objetivo de um Plano de Contas

O plano de contas de uma entidade tem como **objetivo atender**, de maneira uniforme e sistematizada, o **registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade**. Desta forma, proporciona maior flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados e alcança as necessidades de informações dos usuários. Sua entrada de informações deve ser flexível de modo a atender os normativos, gerar informações necessárias à elaboração de relatórios e demonstrativos e facilitar a tomada de decisões e a prestação de contas.

➡ O PCASP deve ser utilizado por **todos os Poderes** de **cada ente da federação**, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como pelas **empresas estatais dependentes**;



REGISTRO CONTÁBIL

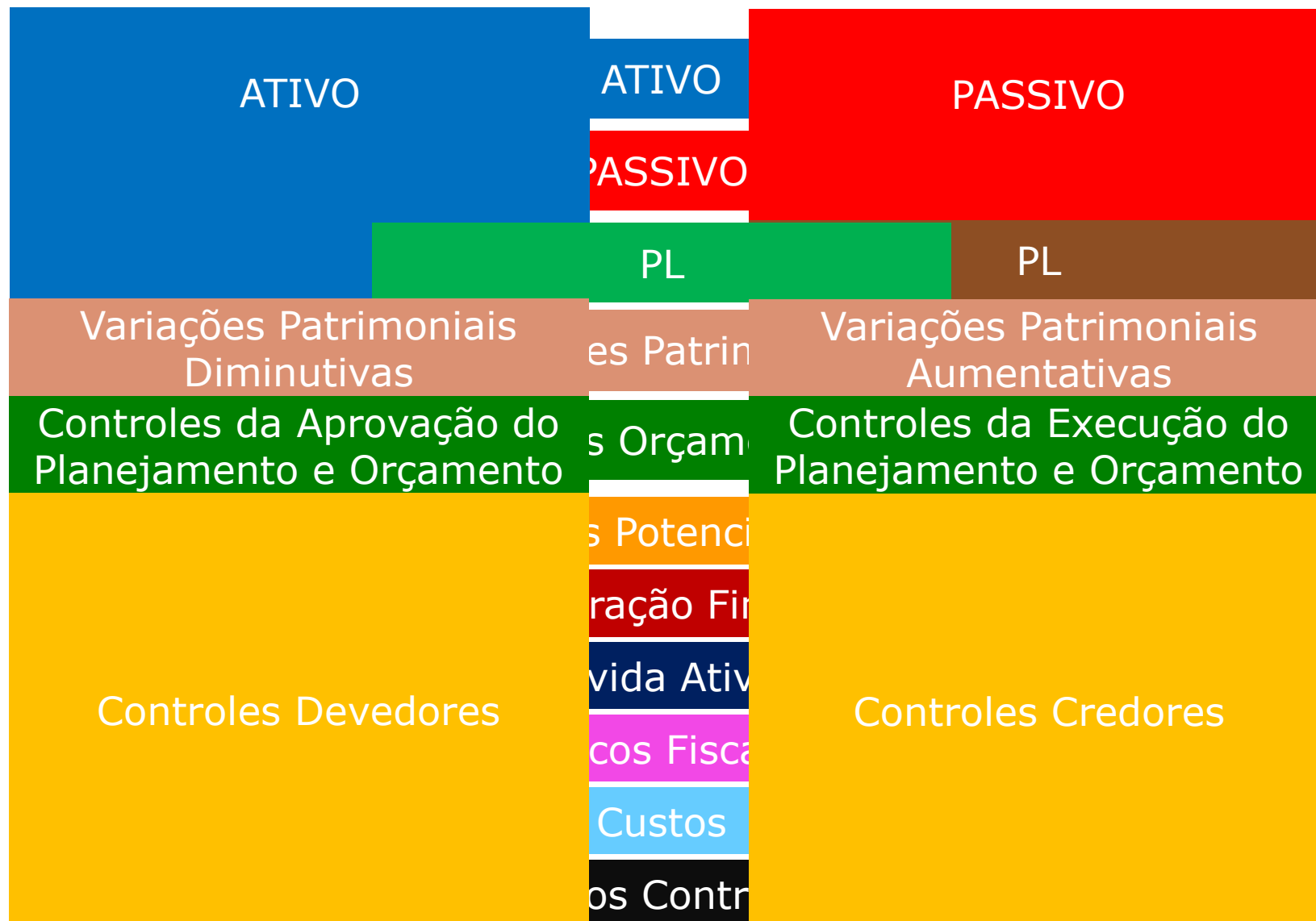


Componentes de um Plano de Contas



Atual Plano de Contas da União





1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

5 – Controles de Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

6 – Controles de Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

Devedor

Credor

1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 - Ativo Não Circulante

Contas Patrimoniais

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido

Composição Patrimonial



3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Contas de Resultado

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Resultado Patrimonial



5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

Contas Orçamentárias

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Orçamentária



7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

Contas de Controle

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

Atos Potenciais Controle Custos



1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante

Contabilidade Patrimonial / Regime de Competência

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Contabilidade Orçamentária / Regime “misto”

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

Informações de Natureza Patrimonial

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido



3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

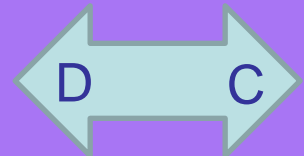
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

Informações de Natureza Orçamentária

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar



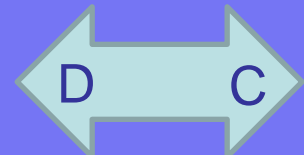
7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos

Informações de Natureza Típica de Controle

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles



1 – Ativo

- 1.1- Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento
- 5.2 – Orçamento
- 5.3 – Inscrição

Aprovação

Fixação

Inscrição

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

Registro
de
contratos

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

Execução

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

Custos

1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

1º LANÇAMENTO - HORIZONTAL



7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

1º LANÇAMENTO - HORIZONTAL



1 – Ativo

- 1.1 - Ativo Circulante
- 1.2 – Ativo Não Circulante

3 – Variação Patrimonial Diminutiva

- 3.1 - Pessoal e Encargos
- 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- ...
- 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

- 5.1 – Planejamento Aprovado
- 5.2 – Orçamento Aprovado
- 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar

7 – Controles Devedores

- 7.1 – Atos Potenciais
- 7.2 – Administração Financeira
- 7.3 – Dívida Ativa
- 7.4 – Riscos Fiscais
- 7.8 – Custos
- 7.9 – Outros Controles

2 - Passivo

- 2.1 – Passivo Circulante
- 2.2 – Passivo Não Circulante
- 2.3 - Patrimônio Líquido

4 – Variação Patrimonial Aumentativa

- 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 4.2 - Contribuições
- ...
- 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

- 6.1 – Execução do Planejamento
- 6.2 – Execução do Orçamento
- 6.3 – Execução de Restos a Pagar

8 – Controles Credores

- 8.1 – Execução dos Atos Potenciais
- 8.2 – Execução da Administração Financeira
- 8.3 – Execução da Dívida Ativa
- 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais
- 8.8 – Apuração de Custos
- 8.9 – Outros Controles

DEMAIS LANÇAMENTOS - VERTICAL

DEMAIS LANÇAMENTOS - VERTICAL

Definição de Ativo e Passivo Financeiro pela Lei nº 4.320/64

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:	
Ativo Financeiro	Passivo Financeiro Passivo Permanente
Ativo Permanente	Saldo Patrimonial

- § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis **independentemente de autorização** orçamentária e os valores numerários.
- § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação **dependa de autorização legislativa**.
- § 3º O Passivo Financeiro compreenderá “as dívidas fundadas e outras” cujo pagamento **independa de autorização orçamentária**.
- § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que **dependam de autorização legislativa** para amortização ou resgate.



Definição de Ativos e Passivos Financeiros pelo CFC (NBCT 19.33 – Instrumentos Financeiros)

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- (a) caixa;
- (b) título patrimonial de outra entidade;
- (c) direito contratual;
- (d) contrato que será ou poderá vir a ser liquidado em títulos patrimoniais da própria entidade.

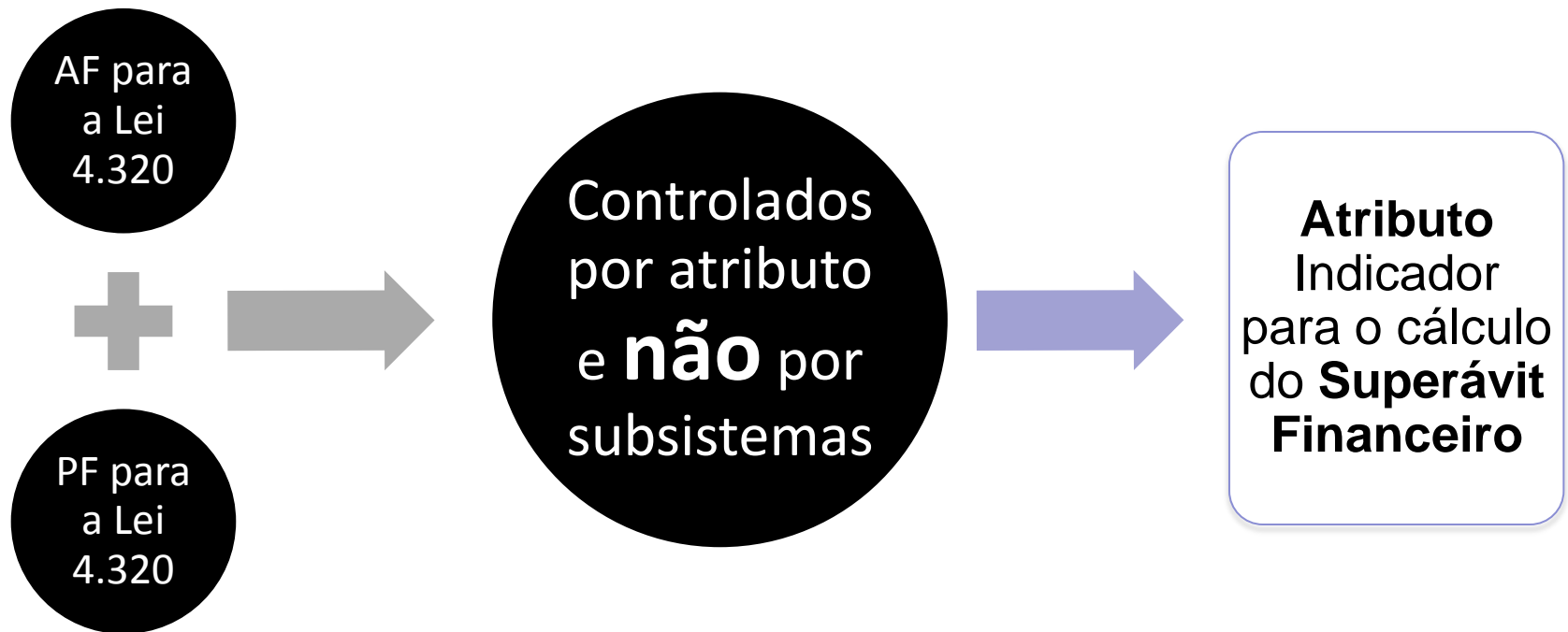


Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) obrigação contratual:
 - (i) de entregar caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade; ou
 - (ii) de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis para a entidade; ou
- (b) contrato que será ou poderá ser liquidado com títulos patrimoniais da própria entidade.

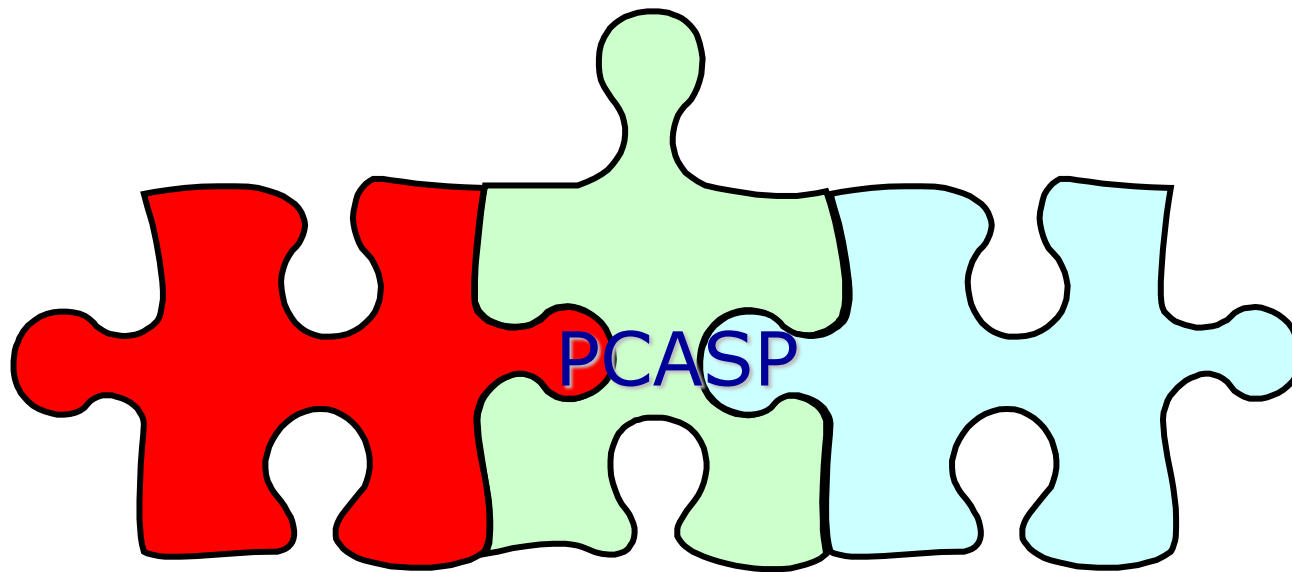


Conclusão:

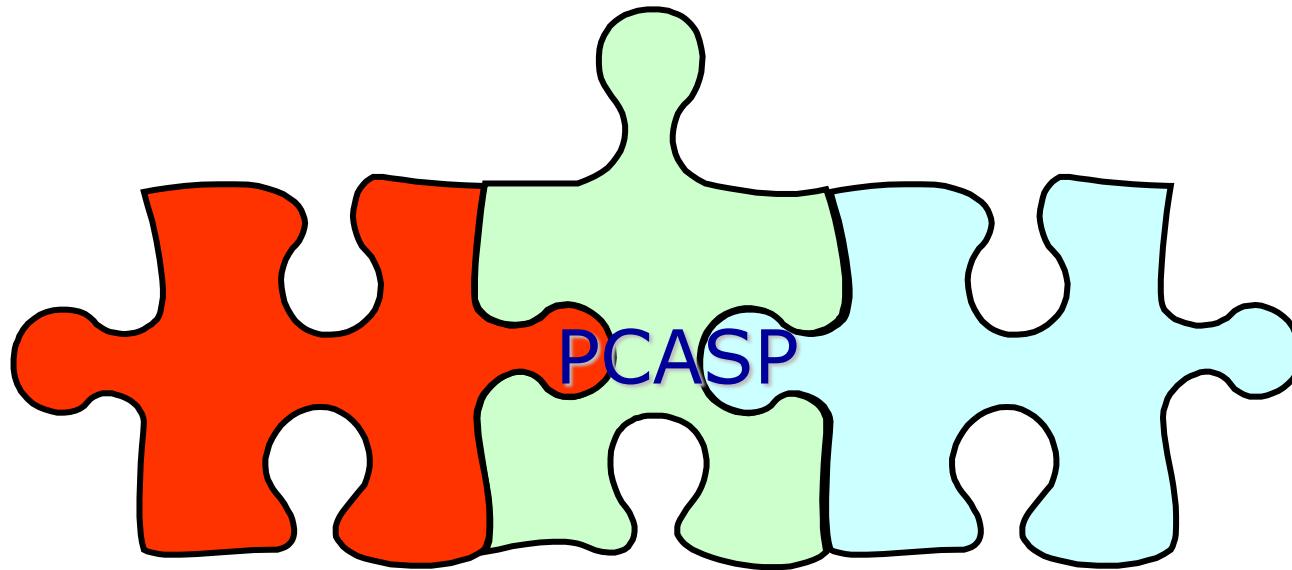


ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO





Informações Gerenciais

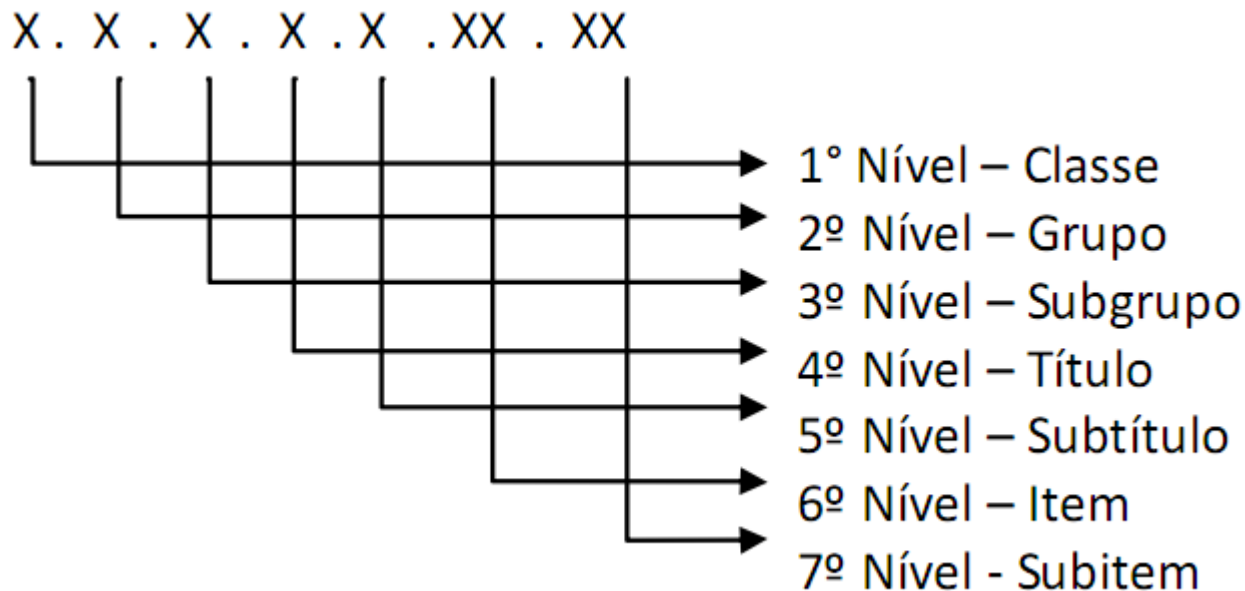


**Relação de
Contas**

Atributos
Contábeis

Lançamentos
Padronizados

O Plano de Contas Aplicado ao Setor público está estruturado por níveis de desdobramento, sendo estes classificados e codificados como segue:



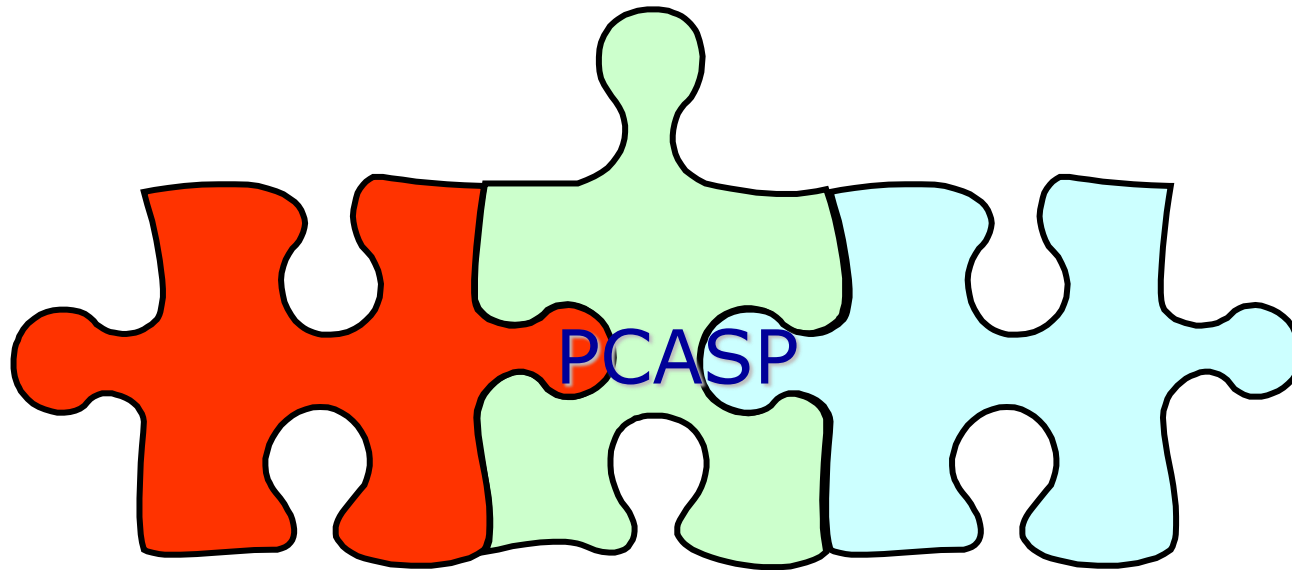
OBS: Os Planos de contas podem ter mais níveis que os acima apresentados.

↳ 1º nível – classe

↳ 2º nível – grupo

↳ 3º nível - subgrupo

1 – ATIVO	2 – PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
<p>1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa</p> <p>1.1.2 Créditos a Curto Prazo</p> <p>1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</p> <p>1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</p> <p>1.1.5 Estoques</p> <p>1.1.9 VPD Pagas Antecipadamente</p>	<p>2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</p> <p>2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</p> <p>2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</p> <p>2.1.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo</p> <p>2.1.5 Obrigações de Repartição a Outros Entes</p> <p>2.1.7 Provisões a Curto Prazo</p> <p>2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo</p>

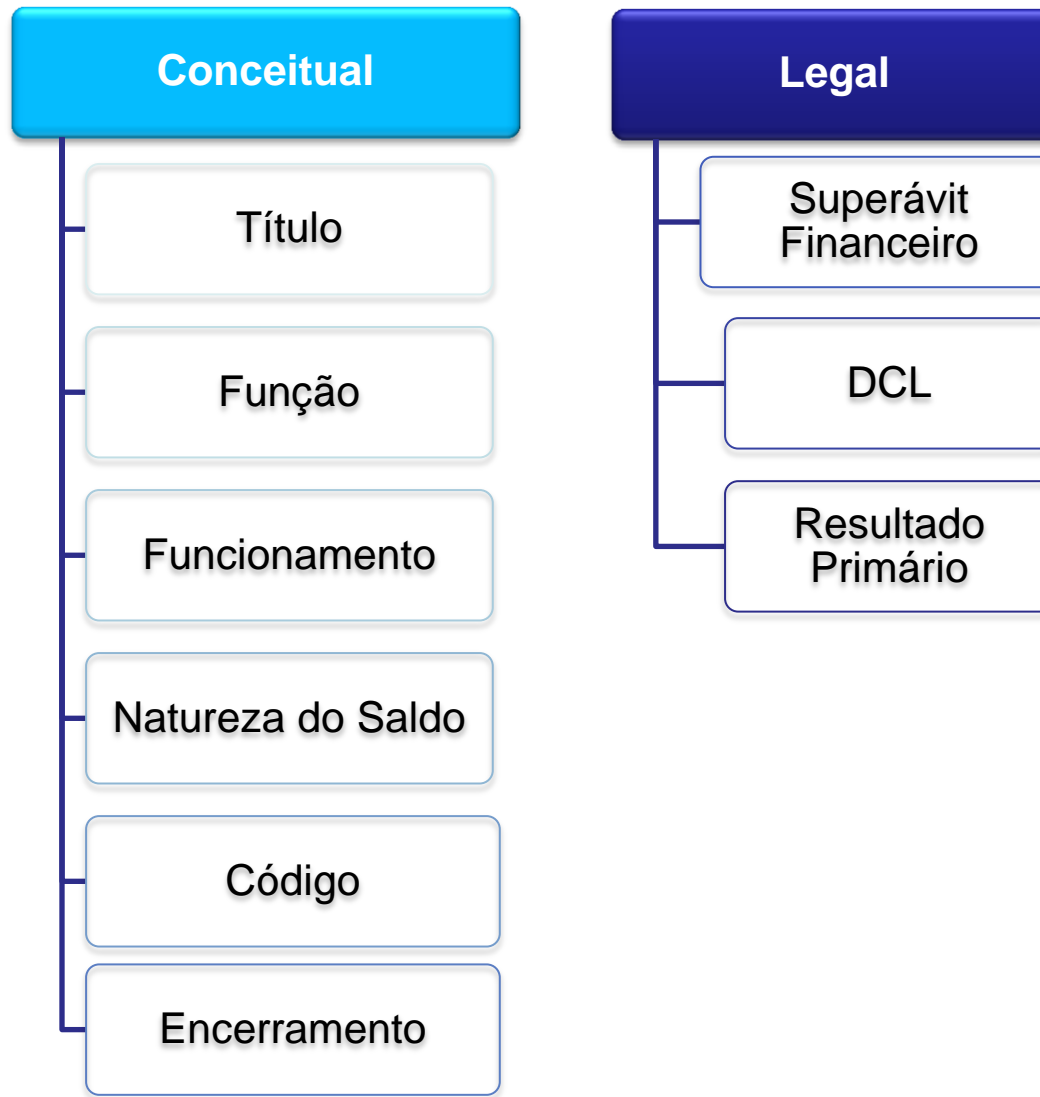


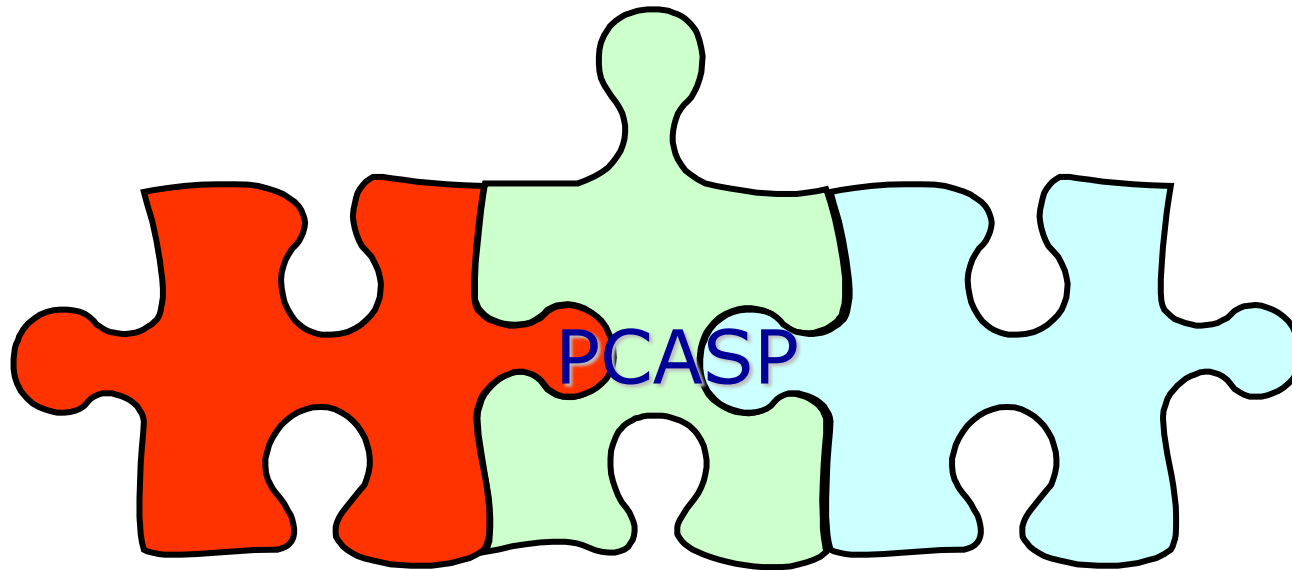
Relação de
Contas

**Atributos
Contábeis**

Lançamentos
Padronizados

Classificação dos Atributos





Relação de
Contas

Atributos
Contábeis

**Lançamentos
Padronizados**

A Instrução de Procedimentos Contábeis 00 – Plano de Transição



OBJETIVO:

5. Esta Instrução de Procedimentos Contábeis têm por objetivo ***orientar os profissionais de contabilidade na execução dos registros e na elaboração das demonstrações contábeis*** a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público nos termos da Resolução CFC n.º 1.111/2007 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



ALCANCE:

9. Portanto, as instruções contidas nesta IPC poderão ser utilizadas por ***todos os que observam as regras vigentes sobre contabilidade aplicada ao setor público.***

Principais procedimentos a serem adotados em decorrência das Alterações contábeis:

1. Do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

- Medida inicial para a implantação do PCASP (“de-para”, conforme anexo II)

Exemplo de “de-para”:

SIAFI2013-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)

03/05/2013 14.47 TODOS OS SALDOS USUARIO: TELA: 1

*** BALANCETE GERAL ***

MAIO DE 2013 - ABERTO POSICAO ATE O MES 03MAI2013 AS 02:39

SALDO ATUAL R\$

-----GLOBAL (REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REAL

1.1.1.0.0.00.00	DISPONIVEL	631.127.028.232,79	D
1.1.1.1.0.00.00	DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	598.408.620.887,24	D
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA	311.729,31	D
1.1.1.1.2.00.00	BANCA DE CONTAS MOVIMENTO	529.744.909.838,08	D
1.1.1.1.2.01.00	CONTAS MOVIMENTO DO TESOUREIRO NACIONAL	357.754.733.934,36	D
1.1.1.1.2.01.02	BANCA DO BRASIL	276.320.511.036,01	D
1.1.1.1.2.01.04	RECEITAS DE GPS EMITIDA NO SISTEMA	13.180.156,47	D
1.1.1.1.2.01.14	LIMITE VINCULADO P/ EMPENHO CONTRA	5.817,86	D
1.1.1.1.2.01.15	LIMITE DE SAQUE VINCULADO	24.037.535.600,54	D
1.1.1.1.2.01.16	RECEITAS DE CONTRIBUICAO DE VALORES ADICIONAIS	0,00	
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	57.383.501.323,48	D
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	8.837.708.568,28	C
		14.988.276.318,51	C
		6.149.251.842,72	D

CONTINUA...



Principais procedimentos a serem adotados em decorrência das Alterações contábeis:

1. Do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os
Detalhamento das contas do PCASP obrigatório para a Federação. Exemplo:		
1.2.3.1.1.00.00	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substancia ou da destinação economico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	Compreende o valor da aquisição ou incorporação de máquinas, ferramentas, aparelhos, equipamentos, acessórios etc.
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	Registra os aparelhos utilizados para medição e orientação.
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Registra os aparelhos e equipamentos utilizados para comunicação.
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	Registra os aparelhos, equipamentos e utensílios para uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar.
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	Registra os aparelhos e equipamentos utilizados para modalidades de esportes e diversões.
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	Registra os equipamentos utilizados para proteção, segurança e socorro.

Principais procedimentos a serem adotados em decorrência das Alterações contábeis:

2. Balanço de Abertura

- Procedimentos para elaboração do balanço de abertura;
- Procedimentos a serem adotados referente a omissões e erros de registros contábeis;

3. Nova Classificação das Contas de Ativo e Passivo

- Ajustes para a classificação do ativo e passivo em circulante e não circulante;
- Controle por atributo das contas financeiras e permanentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
<ul style="list-style-type: none">• Ativo Realizável a Longo Prazo• Investimentos• Imobilizado• Intangível	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	<ul style="list-style-type: none">• Contas do Patrimônio Líquido
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Principais procedimentos a serem adotados em decorrência das Alterações contábeis:

4. Alteração nos sistemas e no comportamento do contador: empenho X passivo anterior. O exemplo do SIAFI:

```
SIAFI2012HM-AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO _____
23/10/12  10:34                                     USUARIO : ALCIR
DATA EMISSAO      : 23Out12                         NUMERO  : 2012NE
UG EMITENTE       : 010001 - CAMARA DOS DEPUTADOS
GESTAO EMITENTE   : 00001 - TESOIRO NACIONAL
CONTA PASSIVO     : 213110100 - FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCICIO
CONTA CORRENTE (F):
F0100000000 00013698000180 _____
VALOR DO EMPENHO : 1,00          VALOR INFORMADO : 0,00
  CONTA CORRENTE (P)                                SALDO          VALOR
  P + 31909201 00013698000180
                                     2.885,42 20 _____
  P + 31909202 00013698000180
                                     1000.000.000,00 10 _____
  P + 31909203 00013698000180
                                     2.000,00 _____
  P + 33903001 00013698000180
                                     5.545,54 40 _____
  P + 33903620 00013698000180
                                     5.000,00 30 _____
PF1=AJUDA  PF3=SAI  PF7=RECUA  PF8=AVANCA  PF12=RETORNAR
```

Principais procedimentos a serem adotados em decorrência das Alterações contábeis:

5. Inventário dos Bens Permanentes

- Conciliação dos saldos contábeis: Contabilidade X Sistema de Patrimônio;
- Procedimentos para inventário dos bens permanentes;
- Confronto entre os saldos do razão contábil com os registros analíticos encontrados no sistema de controle de bens patrimoniais

Saldo do razão contábil				Registro analítico dos bens				
Código Contábil	Código patrimonial	Conta Contábil	Valor	Código patrimonial	Código Contábil	Natureza do Bem	Valor analítico	Valor sintético
1.2.3.00	8.1.3.6.00	Veículos	100.000	8.1.3.6.00	1.2.3.00	Veículos	-,-	80.000
				8.1.3.6.01		Veiculo passeio marca XYZ LX - Ano 2009	30.000	
				8.1.3.6.02		Pick up - marca ABC - ano 2011	50.000	
1.2.4.00	8.1.4.1.00	Móveis e Utensílios	5.000	8.1.4.1.00				5.000
				8.1.4.1.01			0	
				8.1.4.1.02			0	

Avaliação das existências e da integridade entre os dados contábeis e os dados de controle analítico

PCASP, Lançamentos Contábeis Encerramento do Exercício e o Reflexo nas DCASP



PCASP e Demonstração das Variações Patrimoniais



Apuração do resultado patrimonial do exercício

As contas de resultado – **VPA e VPD** – **deverão ser encerradas** visando à apuração do resultado do exercício.

3.0.0.0.0.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA
3.1.0.0.0.00.00	PESSOAL E ENCARGOS
3.2.0.0.0.00.00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS
3.3.0.0.0.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO
3.4.0.0.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS
3.5.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS
3.6.0.0.0.00.00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS
3.7.0.0.0.00.00	TRIBUTÁRIAS
4.0.0.0.0.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA
4.1.0.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
4.2.0.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES
4.3.0.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS
4.4.0.0.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS



Demonstração das Variações Patrimoniais



Abaixo, vejamos a definição da DVP segundo a Lei nº 4.320/64:

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

(Art. 104 – Lei 4.320/64)

- ✓ A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. [Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09](#)
- ✓ As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- ✓ As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Variações Aumentativas		Aumentam a situação líquida patrimonial
Variações Diminutivas		Diminuem a situação líquida patrimonial

Variações qualitativas

É importante atentar para o que se deve demonstrar na DVP com relação às variações qualitativas:

- ✓ Para fins da DVP, apresentar-se-ão às variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação de ativos não-financeiros, desincorporação de passivos não-financeiros, desincorporação de ativos não-financeiros e incorporação de passivos não-financeiros.
- ✓ Considerar-se-ão apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO:

PERÍODO (MÊS):

DATA EMISSÃO:

PÁGINA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria Impostos Taxas Contribuições de Melhoria		
Contribuições Contribuições Sociais Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico Contribuição de Iluminação Pública Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos Venda de Mercadorias Venda de Produtos Exploração de Bens e Direitos e Prestação De Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos Juros e Encargos de Mora Variações Monetárias e Cambiais Descontos Financeiros Obtidos Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		



Continuação...

Transferências Recebidas Transferências Intra Governamentais Transferências Inter Governamentais Transferências das Instituições Privadas Transferências das Instituições Multigovernamentais Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior Transferências de Pessoas Físicas		
Valorização e Ganhos Com Ativos Reavaliação de Ativos Ganhos com Alienação Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Resultado Positivo de Participações Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos Remuneração a Pessoal Encargos Patronais Benefícios a Pessoal Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários Aposentadorias e Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários		
Benefícios Assistenciais Benefícios de Prestação Continuada Benefícios Eventuais Políticas Públicas de Transferência de Renda Outros Benefícios Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Uso De Material de Consumo Serviços Depreciação, Amortização de Exaustão		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos Juros e Encargos de Mora Variações Monetárias e Cambiais Descontos Financeiros Concedidos Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		

Continuação...

Transferências Concedidas Transferências Intra Governamentais Transferências Inter Governamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior		
Desvalorização e Perda de Ativos Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias		
Tributárias Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Premiações Resultado Negativo de Participações Variações Patrimoniais Diminutivas de Instituições Financeiras Equalizações de Preços e Taxas Participações E Contribuições Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		
Resultado Patrimonial Do Período		



Apuração do resultado patrimonial do exercício

As contas de resultado – **VPA e VPD** – **deverão ser encerradas** visando à apuração do resultado do exercício.

2.3.7.0.0.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS
2.3.7.1.0.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS
2.3.7.1.1.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO
2.3.7.1.1.01.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO

Lançamentos de encerramento das contas de Variações Patrimoniais

Encerramento para apuração do resultado do exercício - **VPA**

D 4.0.0.0.0.00.00 **Variação Patrimonial Aumentativa**

C 2.3.7.1.1.01.00 Superávits ou Déficits do Exercício



Conferência Após o Encerramento

Todas as contas pertencentes às classes 3 e 4 , Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimonial Aumentativas ***devem apresentar saldo zero***, pois não transferem saldo para o exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Os saldos apresentados antes do encerramento pelas contas de Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas serão levados à Demonstração das Variações Patrimoniais para evidenciação do resultado do exercício contabilizado na conta Déficits ou Superávits do exercício, no Patrimônio Líquido.

Continuação...

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo		
Desincorporação de passivo		
Incorporação de passivo		
Desincorporação de ativo		

PCASP e Balanço Patrimonial



1 – ATIVO

1.1 Ativo Circulante

- 1.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa
- 1.1.2 Créditos de Curto Prazo
- 1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
- 1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
- 1.1.5 Estoques
- 1.1.9 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

1.2 Ativo Não Circulante

- 1.2.1 Ativo Realizável a LP
- 1.2.2 Investimentos
- 1.2.3 Imobilizado
- 1.2.4 Intangível

2 – PASSIVO

2.1 Passivo Circulante

- 2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a CP
- 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a CP
- 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a CP
- 2.1.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo
- 2.1.5 Obrigações de Repartição
- 2.1.7 Provisões a Curto Prazo
- 2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo

2.2 Passivo Não Circulante (mesmas contas do passivo circulante)

- 2.2.9 Resultado diferido

2.3 Patrimônio Líquido

- 2.3.7 Resultados Acumulados

Balanco Patrimonial



- ✓ De acordo com a Lei 4.320/64, art. 105, no Balanço Patrimonial estarão demonstrados os Ativos Financeiro e Permanente, os Passivos Financeiro e Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.
- ✓ **Ativo e Passivo Financeiros** - independem de autorização orçamentária para suas realizações.
- ✓ **Ativo e Passivo Não Financeiros** - dependem de autorização orçamentária para suas realizações.
- ✓ **Contas de Compensação** - correspondem apenas aos atos potenciais (contratos, convênios, garantias, etc.)

Balanço Patrimonial: estrutura antiga

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO FINANCEIRO Disponível Caixa Bancos Conta Movimento Aplicações Financeiras Créditos em Circulação Salário-Família Salário-Maternidade Auxílio-Natalidade	PASSIVO FINANCEIRO Restos a Pagar Processados Não Processados Retenções de Terceiros Previdência Social Imposto de Renda Retido Consignações Diversas
ATIVO NÃO FINANCEIRO Circulante (menos o financeiro) Adiantamentos Concedidos Estoques de Material de Consumo Realizável a longo prazo Dívida Ativa Empréstimos Concedidos Ativo Permanente Bens Imóveis Bens Móveis	PASSIVO NÃO FINANCEIRO (PERM.) Circulante (menos o financeiro) Provisões Operações de Crédito Internas Exigível a Longo Prazo Operações de Crédito Internas Operações de Crédito Externas
ATIVO REAL (AF + ANF)	PASSIVO REAL (PF + PNF)
ATIVO COMPENSADO Responsabilidades por Tit., Valores e Bens Garantias de Valores Direitos e Obrigações Conveniadas Direitos e Obrigações Contratuais	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Patrimônio Resultado Acumulado
ATIVO COMPENSADO Responsabilidades por Tit., Valores e Bens Garantias de Valores Direitos e Obrigações Conveniadas Direitos e Obrigações Contratuais	PASSIVO COMPENSADO Tit., Valores s/Responsabilidade Valores em Garantia Direitos e Obrigações Conveniadas Direitos e Obrigações Contratuais
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO



ATIVO e PASSIVO - Conceitos

Características do Ativo:

Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. (Res. CFC 1268/09)

Recursos controlados: ativos em que a entidade mesmo sem ter o direito de propriedade detém o controle, os riscos e os benefícios deles decorrentes.

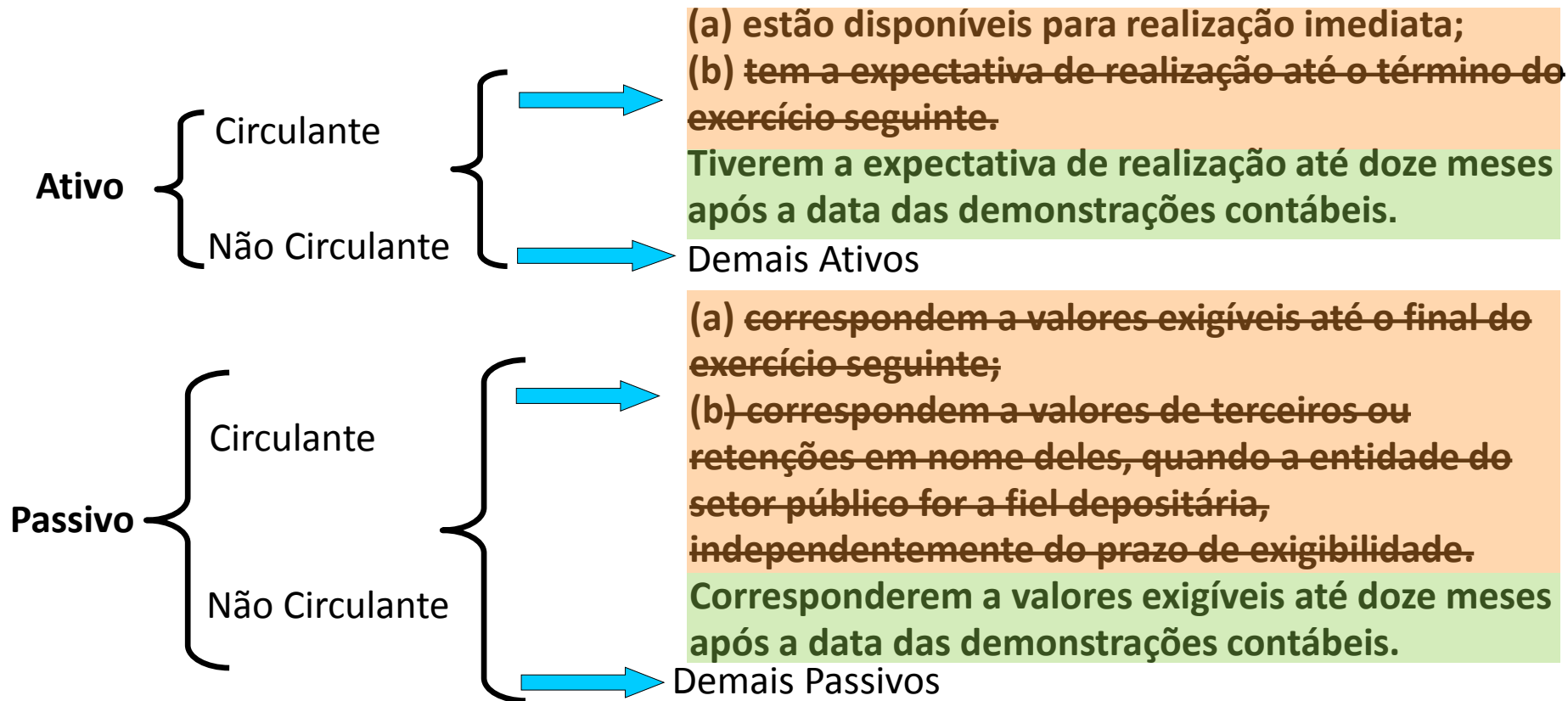
Características do Passivo:

Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. (Res. CFC 1268/09)



Balço Patrimonial: *aspectos inovadores*

- ✓ Pela Norma, confere-se enfoque patrimonial ao Balço e promove-se a convergência às normas internacionais e brasileiras, incluindo a legislação societária (lei 6.404/76 e alterações).
- ✓ O Balço Patrimonial é dividido em **Ativo Circulante x Não Circulante**



BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE Caixa e Equivalentes de Caixa Créditos a Curto Prazo Demais Créditos e Valores A Curto Prazo Investimentos Temporários Estoques VPD Pagas Antecipadamente			PASSIVO CIRCULANTE Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo Emprést. e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo Obrigações Fiscais a Curto Prazo Demais Obrigações a Curto Prazo Provisões a Curto Prazo		
ATIVO NAO-CIRCULANTE Ativo Realizável a Longo Prazo Créditos a Longo Prazo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo Investimentos Temporários a Longo Prazo Estoques Investimentos Participações Permanentes Demais Investimentos Permanentes (-) Redução ao Valor Recuperável Imobilizado Bens Moveis Bens Imóveis (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas (-) Redução ao Valor Recuperável Intangível Softwares Marcas, Direitos e Patentes Industriai (-) Amortização Acumuladal			PASSIVO NAO-CIRCULANTE Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar A Longo Prazo		
			TOTAL DO PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social Adiant. Para Futuro Aumento de Capital Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Reservas de Lucros Demais Reservas Resultados Acumulados (-) Ações / Cotas em Tesouraria		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

Balço Patrimonial: nova estrutura

Visão Lei 4320/64

ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE		
SALDO PATRIMONIAL					

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exerc.	Exerc.	ESPECIFICAÇÃO	Exerc.	Exerc.
Saldo dos Atos Potenciais do Ativo	Atual	Anterior	Saldo dos Atos Potenciais do Passivo	Atual	Anterior
TOTAL			TOTAL		



Qual a diferença entre o saldo patrimonial, definido pela Lei 4.320 e o Patrimônio Líquido do BP?

Exemplo: No encerramento do exercício de X1 aconteceram os seguintes fenômenos:

- Foi empenhado R\$ 100 referente a serviços que não foram prestados no exercício;
- Foi empenhado e liquidado R\$ 70 referente a serviços prestados no exercício;
- Foi empenhado R\$ 50 referente a serviços que foram prestados no exercício, mas não liquidadas

BALANÇO PATRIMONIAL – Antiga estrutura			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO	Disponibilidades 500	PASSIVO FINANCEIRO	
		RP não processados	150
		RP processados	70
ATIVO NÃO FINANCEIRO		PASSIVO NÃO FINANCEIRO	
		TOTAL DO PASSIVO	220
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		TOTAL DO PL	280
TOTAL	500	TOTAL	500

BALANÇO PATRIMONIAL – Nova estrutura			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE	Caixa e Equivalente de Caixa 500	PASSIVO CIRCULANTE	
		Obrigações a pagar	120
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
		TOTAL DO PASSIVO	120
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		TOTAL DO PL	380
TOTAL	500	TOTAL	500
Ativo Financeiro	500	Passivo Financeiro	220
Ativo Permanente		Passivo Permanente	
SP			280

TRATAMENTO DAS CONTAS DO ATIVO E DO PASSIVO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.

Regra geral, são transferidos para o exercício seguinte. Algumas *contas precisam ser analisadas*, considerando a necessidade de *ajustes de saldo* em função de *prazos* e ou *outras peculiaridades*, como as contas de *ajustes para perdas no ativo* e de *provisões no passivo*.

Balanço Orçamentário



Segundo a Lei nº 4.320/64

“O Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.”

(Lei 4.320/1.964 art. 102)

Lei 4320/64 art. 35

Pertencem ao exercício financeiro:

- I - as receitas nele **ARRECADADAS**;
- II - as despesas nele legalmente **EMPENHADAS**

SEGUNDO O ANTIGO ANEXO DA LEI 4320/64

RECEITA

Categoria Econômica

2º Nível da NR - Origem

DESPESA

Tipo de Crédito

**Categoria Econômica
(Não está no anexo)**



Veja abaixo a estrutura antiga do balanço orçamentário - anexo antigo da Lei 4.320/64:

Receita				Despesa			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes				Créditos Inicial +			
Tributárias				Suplementar			
Contribuições				Despesas Correntes			
Patrimonial				Pessoal e Encargos			
Agropecuária				Juros e Enc. Dívida			
Industrial				Outras Desp. Corrent			
Serviços							
Transf. Correntes				Despesa de Capital			
Outr. Rec. Correntes				Investimento			
				Inversões Financeiras			
Receitas de Capital				Amortiz. Dívida			
Operações Créditos				Créditos Especial			
Alienação Bens				Despesas Correntes			
Amortização Emp/Fin				Despesas Capital			
Transf. Capital							
Outras Rec. Capital				Créditos Extraordinários			
				Despesas Correntes			
				Despesas Capital			
Total				Total			

Para a NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

(Alterado pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.268/09)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

SEGUNDO O NOVO ANEXO DA LEI nº 4.320/64 E A NBCT 16.6

RECEITA

Refinanciamento da Dívida

SalDOS de Exercícios Anteriores

DESPESA

Amortização da Dívida Refinanciada

Despesas empenhadas

Despesas Liquidadas

Despesas pagas



✓ Mudanças relevantes:

- A despesa orçamentária passa a ser demonstrada por empenho, liquidação e despesa paga, e não mais por tipo de crédito.
- Linhas específicas de refinanciamento de dívida e saldos de exercícios anteriores para as receitas.
- Linha de amortização da dívida refinanciada para a despesa orçamentária.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO:

PERÍODO: MÊS

DATA DE EMISSÃO:

PÁGINA:

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES				
RECEITA TRIBUTÁRIA				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL				
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)				
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)				
DÉFICIT (IV)				-
TOTAL (V) = (III + IV)				-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-			-
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				



<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇ. INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZ.	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)						
SUPERÁVIT (IX)				-	-	-
TOTAL (X) = (VII + IX)						

Anexos ao Balanço Orçamentário: Demonstrativos de Restos a Pagar



ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL						

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
			(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS					
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL					



Balanço Financeiro



- ✓ Segundo a Lei 4.320/64, artigo 103, o Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte.
- ✓ É importante atentar para o que dispõe o parágrafo único deste artigo, obrigando que as despesas orçamentárias informadas no Balanço sejam as empenhadas:

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.



SEGUNDO O ANEXO ANTIGO DA LEI 4320/64

RECEITA

Categoria Econômica

2º Nível da NR - Origem

DESPESA

Função



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
Títulos	\$	Títulos	\$
Orçamentários		Orçamentários	
Receitas Correntes		Educação	
Receitas de Capital		Saúde	
Transferências Recebidas		Transferências Concedidas	
Cota		Cota	
Repasse		Repasse	
Sub-repasse		Sub-repasse	
Ingressos Extra-Orçamentários		Dispêndios Extra-Orçamentários	
Ingressos de Depósitos		Devolução de Depósitos	
Inscrição de Restos a Pagar		Restos a Pagar Pagos	
Disponibilidade do período anterior		Disponibilidade p/ o período seguinte	
Total		Total	

✓ Para as NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis:

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09\)](#)

✓ Mudança relevante:

A despesa orçamentária passa a ser demonstrada por destinação de recursos e não mais por função e grupo de despesa.

SEGUNDO O ATUAL ANEXO DA LEI nº 4.320/64 E A NBCT 16.6

RECEITA

Destinação de recursos

DESPESA

Destinação de recursos



<ENTE DA FEDERAÇÃO>

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO:

PERÍODO (MÊS) :

DATA DE EMISSÃO:

PÁGINA:

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício o Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...)			Despesa Orçamentária (VI) Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...)		
(-) Deduções da Receita Orçamentária					
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		

Referências Bibliográficas

BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.**

_____. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.**

_____. **Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade para a Federação, 2012.**

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Resolução CFC nº 1.121/2008. NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das demonstrações Contábeis.

_____; **Resolução CFC Nº. 1.130/2008. NBC T SP 16.3 – Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil**

_____; **Resolução CFC nº 750/1993. Princípios Fundamentais de Contabilidade**

_____; **Resolução CFC nº 1.111/2007. Aprova o Anexo II da Resolução CFC nº 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**



***“Coloca toda sua confiança no nome do Senhor Javé, e não se fie
na sua própria inteligência.”
Provérbios 3,5.***

Obrigado!

***Antonio Firmino Neto – MSc.
Professor/Contador***

antonio.firminoneto@gmail.com